

ANALFABETISMO NO BRASIL: TENDÊNCIA SECULAR E AVANÇOS RECENTES

RESULTADOS PRELIMINARES

ALCEU R. FERRARI

Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este trabalho foi apresentado na 36.^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em São Paulo, de 4 a 11 de julho de 1984. Foi posteriormente acrescido do mapa do analfabetismo e de alguns parágrafos. Além disso, foram feitas pequenas correções no texto e nos gráficos 1 e 4.b. Seu propósito é o de comunicar alguns resultados preliminares de um estudo sobre tendência da alfabetização projeto "Dinâmica Secular na Educação no Brasil: seus determinantes sócio-econômicos, demográficos e político-ideológicos", realizado com o apoio financeiro da FINEP e do CNPq e a cargo dos professores Alceu R. Ferrari, Arabela Campos Olivem e Augusto Nivaldo Silva Triviños.

RESUMO

Este trabalho confronta os dados das PNAD 1977 e 1982 e do Censo demográfico de 1980 com as expectativas do MOBREAL relativamente ao declínio dos índices de analfabetismo no Brasil na década de 1970. Compara as Unidades da Federação, mostrando as enormes desigualdades regionais em termos de analfabetismo em 1980. Analisa a tendência secular (1872 a 1980) dos índices de analfabetismo, tanto para o Brasil como um todo, como para uma série de Estados, pondo em relevo as desigualdades de tendência do analfabetismo e a origem histórica das desigualdades educacionais regionais. Por fim mostra como a escola de 1.^o grau continua produzindo o analfabetismo hoje, através do processo de exclusão, o qual engloba os excluídos *do* processo e os excluídos *no* processo de ensino-aprendizagem.

SUMMARY

This research study confronts the data from the PNAD 1977 and 1982 and of the 1980 Brazilian Census with the MOBREAL expectations regarding the decline of illiteracy in Brazil in the 1970 decade. It compares the different States of Brazil showing the great regional differences in terms of illiteracy in 1980. It analyses the secular trend (1872 to 1980) regarding the illiteracy rates, considering some States and Brazil as a whole, emphasizing the inequalities of the illiteracy trend and the historical origin of the regional educational inequalities. Finally it shows how elementary school still produces illiteracy nowadays by means of an exclusion process that encompasses the persons that are excluded *from* and the persons that are excluded *in* the teaching learning process.

SITUAÇÃO ATUAL

A publicação em 1979 dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada em 1977 pelo IBGE (PNAD 1977) provocou alvoroço e mal-estar na alta cúpula do MOBREAL. A referida PNDA dava para o Brasil os seguintes índices de analfabetismo em 1977: 29,1%, 22,8%, 23,7% e 26,3%, respectivamente para a população de 5 anos e mais, de 10 anos e mais, de 15 anos e mais e de 20 anos e mais. Qualquer que fosse o limite inicial de idade da população considerada, o índice superava sempre os 20%, ultrapassando os 25% para o conjunto dos grupos etários adultos (20 anos e mais) (Tabela 1). Tais dados representavam água fria sobre as ambiciosas expectativas do MOBREAL relativamente à redução do índice de analfabetismo no Brasil até o final da década de 70. Resta ainda observar que a PNAD 1977 não incluía na pesquisa a população rural da Região

VII, a qual compreendia então toda a Região Norte e mais a Região Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal. Se fosse incluída a população rural dessa Região, os índices resultantes de analfabetismo seriam ainda mais elevados, tanto para a Região VII como para o conjunto do País.

O Censo Demográfico de 1980 apresentou índices ainda mais elevados do que os da PNAD 1977, quais sejam: 31,9%, 25,5%, 25,5% e 27,5%, respectivamente para a população de 5 anos e mais, de 10 anos e mais, de 15 anos e mais e de 20 anos e mais. No conjunto, estes índices se situam cerca de dois pontos percentuais acima dos da PNAD 1977. Isto se deve, pelo menos em parte, à não inclusão da população rural da Região VII na PNAD 1977. Mas parece indicar também que não deve ter havido redução sensível do analfabetismo no triênio 1977/80.

Tabela 1

Analfabetismo no Brasil, segundo alguns levantamentos recentes do IBGE, por diferentes definições etárias da população. *

Definições etárias da população / Levantamentos do IBGE	População total	Pessoas analfabetas	% Pessoas analfabetas
5 anos e mais			
PNAD 1977	93.782.041	27.336.572	29,1
Censo demográfico 1980	102.579.006	32.731.347	31,9
PNAD 1982	105.872.173	31.701.182	29,9
10 anos e mais			
PNAD 1977	79.685.686	18.175.446	22,8
Censo demográfico 1980	87.805.265	22.393.295	25,5
PNAD 1982	90.905.799	20.850.009	22,9
15 anos e mais			
PNAD 1977	65.759.879	15.612.476	23,7
Censo demográfico 1980	73.541.943	18.716.847	25,5
PNAD 1982	76.534.782	17.685.985	23,1
20 anos e mais			
PNAD 1977	53.397.239	14.037.181	26,3
Censo demográfico 1980	59.965.972	16.481.477	27,5
PNAD 1982	63.031.164	15.931.849	25,3

Fontes. IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1977; Censo Demográfico - 1980; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1982.*

Em ambas as PNADs foi excluída da pesquisa a população rural da Região VII, mas com a seguinte diferença: na PNAD 1977 a Região VII compreendia as Regiões Norte e Centro-Oeste exceção feita do Distrito Federal. Na PNAD 82 a Região VII ficou reduzida a Região Norte, passando a Região Centro-Oeste a formar a Região VIII. Tal exclusão acarretou uma subestimação do analfabetismo tanto para a Região VII quanto para o conjunto do País.

Os índices da PNAD 1977 são praticamente reproduzidos pela PNAD 1982. Como naquela, também nesta última deixou de ser incluída na pesquisa a população rural da Região VII, mas com a seguinte diferença: na

PNAD 1982 a Região VII ficou reduzida à Região Norte, passando os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás a formar a Região VIII, cuja população rural foi estudada. Em consequência disso, a subestimação do

analfabetismo para o conjunto do país deve ter sido menor em 1982 do que em 1977. Se, mesmo assim, os índices de 1982 são praticamente idênticos aos de 1977, há razões para se supor que não deve ter havido redução sensível do analfabetismo no quinquênio 1977/82 (tabela 1).

Concluindo, pode-se dizer o seguinte: 1) 1/4 da população de 10 anos e mais, bem como da de 15 anos e mais, era analfabeta em 1980; 2) o fato de os resultados das PNADs 1977 e 1982 se situarem muito próximos dos do censo (um pouco abaixo, pelas razões apontadas), reforçam a confiabilidade das três fontes; 3) o fato de que a PNAD 1982 apresenta resultados quase idênti-

cos aos da PNAD 1977 sugere a hipótese de que nenhuma redução sensível dos índices de analfabetismo tenha ocorrido no quinquênio 1977/82.

Qualquer que seja a definição de analfabeto, 25% de analfabetos entre a população que, pela idade (10 anos e mais), já deveria ter sido alfabetizada, é com certeza um índice muito elevado. Se o analfabetismo se concentrasse exclusivamente nas faixas etárias mais avançadas (digamos nas faixas de 25 ou 30 anos e mais), teríamos a esperança de vencê-lo em duas gerações, sem maiores problemas. Mas, muito pelo contrário, ele atinge todas as faixas de idade (tabela 2, coluna "população total"). Mesmo nas faixas de 15 a 19 e de 20 a 24 anos, que são

Tabela 2

Índices de analfabetismo entre a população de 5 anos e mais, segundo a situação de domicílio e grupos de idade.

Grupos de idade	Índices de analfabetismo (%)		
	População total	População urbana	População rural
Total	31,9	22,3	52,6
5 a 9 anos	70,0	61,7	83,4
5 anos	95,3	94,2	96,9
6 anos	89,1	85,4	95,0
7 anos	69,0	59,3	84,7
8 anos	52,9	40,1	73,9
9 anos	40,8	27,6	63,4
10 a 14 anos	25,8	14,3	45,8
10 anos	35,3	21,7	57,3
11 anos	27,9	15,9	48,7
12 anos	25,0	13,3	44,9
13 anos	21,1	10,9	39,7
14 anos	19,0	9,7	36,8
15 a 19 anos	16,5	8,4	33,5
15 anos	17,8	9,0	35,3
16 anos	17,3	8,9	34,3
17 anos	16,1	8,3	32,6
18 anos	16,0	8,2	33,1
19 anos	14,9	7,8	31,7
20 a 24 anos	15,6	8,6	33,7
25 a 29 anos	18,0	10,4	38,5
30 a 34 anos	21,9	13,4	44,2
35 a 39 anos	26,5	17,1	49,3
40 a 44 anos	29,6	19,9	52,7
45 a 49 anos	32,2	22,5	55,8
50 a 54 anos	35,4	25,6	59,2
55 a 59 anos	39,7	29,9	63,0
60 a 64 anos	44,5	34,7	67,3
65 a 69 anos	50,5	40,0	72,8
70 anos e mais	56,2	47,1	78,0

Fonte. IBGE, *Censo Demográfico - 1980*.

as mais alfabetizadas, os índices se situam em torno de 16%. Dentre as crianças de 10 anos de idade, mais de 1/3 ainda não foi alfabetizado. Isto demonstra que o analfabetismo está longe de ser apenas uma herança do passado. Ao contrário, ele continua sendo produzido a cada novo ano, para não dizer a cada novo dia.

O CONCEITO DE ANALFABETO

É hora de dizer algo sobre o conceito de analfabeto. No Censo demográfico de 1980 (IBGE, 1980, p. 29) encontramos a seguinte definição de alfabetizado: "Foram consideradas como alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma

que conhecessem. Aquelas que aprenderam a ler e escrever mas esqueceram e as que apenas assinassem o nome foram consideradas analfabetas". Em suma, alfabetizada, segundo o Censo de 1980, é toda pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples, e analfabeta é toda pessoa que não seja capaz de fazê-lo. As definições dadas nas duas PNADs referidas no item anterior coincidem substancialmente com a do censo. Temos aí um conceito por demais generoso de alfabetização. A adoção de critérios mais rigorosos resultaria em índices mais elevados de analfabetismo do que os encontrados pelo critério do censo e das PNADs. É o que tentaremos exemplificar, valendo-nos dos dados da tabela 3.

Tabela 3

Pessoas de 10 a 24 anos, por grupos de idade, segundo o número de anos de estudo. Brasil/1980.

Anos de Estudo	10 a 14 anos			15 a 19 anos			20 a 24 anos		
	Nº	%	% acumulada	Nº	%	% acumulada	Nº	%	% acumulada
Total	14.252.521			13.569.436			11.517.327		
Sem instrução e menos									
de 1 ano	3.738.960	26,2	26,2	2.309.331	17,0	17,0	1.939.653	16,8	16,8
1 ano	1.737.267	12,2	38,4	470.385	3,5	20,5	339.341	3,0	19,8
2 anos	2.213.557	15,5	54,0	847.050	6,2	26,7	640.533	5,5	25,3
3 anos	2.259.323	15,9	69,8	1.290.449	9,5	36,2	989.238	8,6	33,9
4 anos	2.125.199	14,9	84,7	2.504.450	18,5	54,7	2.528.714	22,0	55,8
5 anos	1.096.860	7,7	92,4	1.061.150	7,8	62,5	472.258	4,1	60,0
6 anos	669.662	4,7	97,1	1.056.670	7,8	70,3	470.107	4,0	64,0
7 anos	328.698	2,3	99,4	1.102.323	8,1	78,4	542.393	4,7	68,7
8 anos	78.561	0,6	100,0	1.280.905	9,4	87,8	996.726	8,7	77,4
9 anos	—	—	—	685.481	5,1	92,9	336.559	3,0	80,4
10 anos	—	—	—	484.742	3,6	96,5	412.108	3,6	84,0
11 anos	—	—	—	400.635	2,9	99,4	1.158.443	10,0	94,0
12 anos	—	—	—	56.048	0,4	99,8	208.696	2,0	96,0
13 anos	—	—	—	9.685	0,1	99,9	188.701	1,5	97,5
14 anos	—	—	—	—	—	—	139.389	1,2	98,7
15 anos	—	—	—	—	—	—	102.723	0,9	99,6
16 anos	—	—	—	—	—	—	27.778	0,2	99,8
17 anos	—	—	—	—	—	—	10.941	0,1	99,9
Anos de estudo não determinados	4.434		100,0	10.132	0,1	100,0	13.026	0,1	100,0

Fonte. IBGE. *Censo Demográfico do Brasil/1980*.

Enquanto o critério "ler e escrever pelo menos um bilhete simples" dicotomiza a população conforme a resposta seja "sim" ou "não", a informação censitária "anos de estudo", por estabelecer uma gradação de zero a 17 anos, permite trabalhar com critério mais rigoroso de alfabetização. Digamos que quatro anos de estudo seja um bom critério. Se o aplicássemos aos dados da tabela 3, teríamos os seguintes índices de analfabetismo, isto é, de pessoas com menos de quatro anos de estudo: 69,8% na faixa de 10 a 14 anos; 36,2% na faixa de 15 a 19 anos e 33,9% na faixa de 20 a 24 anos.

Os índices obtidos através da aplicação deste último critério são sensivelmente mais elevados do que os resultantes da aplicação do critério "ler e escrever um bilhete simples". Dito isto, voltaremos a trabalhar com o primeiro critério, mesmo sabendo de suas limitações, por

ser o único que permite retroceder, em nossa análise, para antes do Censo de 1940, o que faremos mais adiante, ao tratar da tendência secular do analfabetismo. Antes disso, focalizaremos a questão das desigualdades entre meio urbano e rural e entre as diferentes Unidades da Federação.

ANALFABETISMO URBANO E RURAL

De um total de 32,7 milhões de pessoas analfabetas entre a população de 5 anos e mais em 1980, o que dá um índice de 31,9% (tabela 1), 15,7 milhões residem no meio urbano e 17 milhões no meio rural, equivalendo a 22,3 e 52,6% respectivamente.

Um simples correr de olhos pela tabela 2 revela que as desigualdades entre meio urbano e meio rural se esten-

dem por todos os grupos de idade, atingindo inclusive os grupos mais jovens situados nas faixas de escolarização obrigatória. Assim, por exemplo, na faixa de 10 a 14 anos o índice de analfabetismo rural é mais de 3 vezes superior ao verificado no meio urbano (45,8 contra 14,3%), mas sem que se possa dizer que o verificado na zona urbana é desprezível.

A enorme desigualdade entre meio urbano e rural é sem dúvida um aspecto importante da questão. Mas há outro ponto a lembrar. Dissemos acima que o analfabetismo não é uma simples herança recebida do passado, porquanto atinge também os grupos populacionais mais jovens. De forma semelhante o analfabetismo não é um problema que diga respeito apenas à população rural. Ainda restam no meio urbano nada menos do que 15,7 milhões de analfabetos entre a população de 5 anos e mais ou, se quisermos uma indicação mais precisa, 10,7 milhões entre a população de 10 anos e mais. Também no meio urbano o analfabetismo atinge todas as faixas etárias.

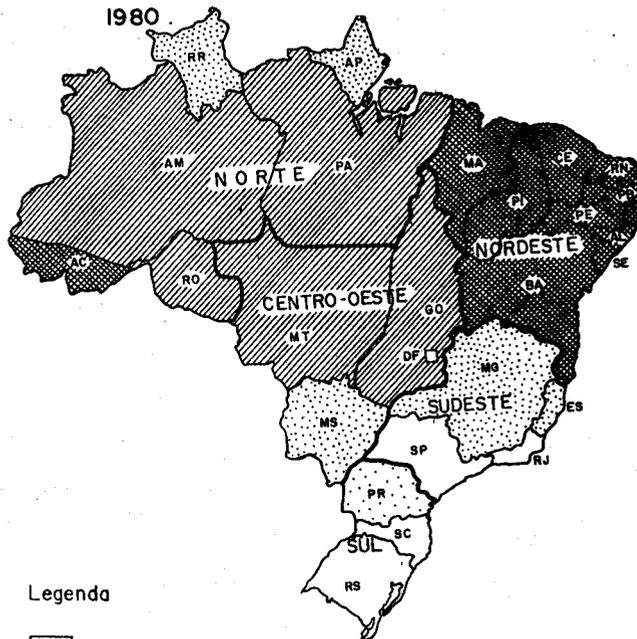
Outro aspecto que não é abordado neste trabalho, mas que mereceria atenção, é o das desigualdades regionais dentro de cada um dos dois meios – o urbano e o rural.

DESIGUALDADES REGIONAIS

Nesta parte abordaremos a questão das desigualdades regionais, mais especificamente das desigualdades entre as Unidades da Federação. O gráfico 1, construído com base nos dados da tabela 4, permite uma visão sintética e clara sobre a intensidade com que o analfabetismo

atinge as diferentes Unidades da Federação. Nesta parte trabalhamos com índices para a população de 10 anos e mais.

Mapa - índices de analfabetismo entre as pessoas de 10 anos e mais nas Unidades da Federação - 1980.

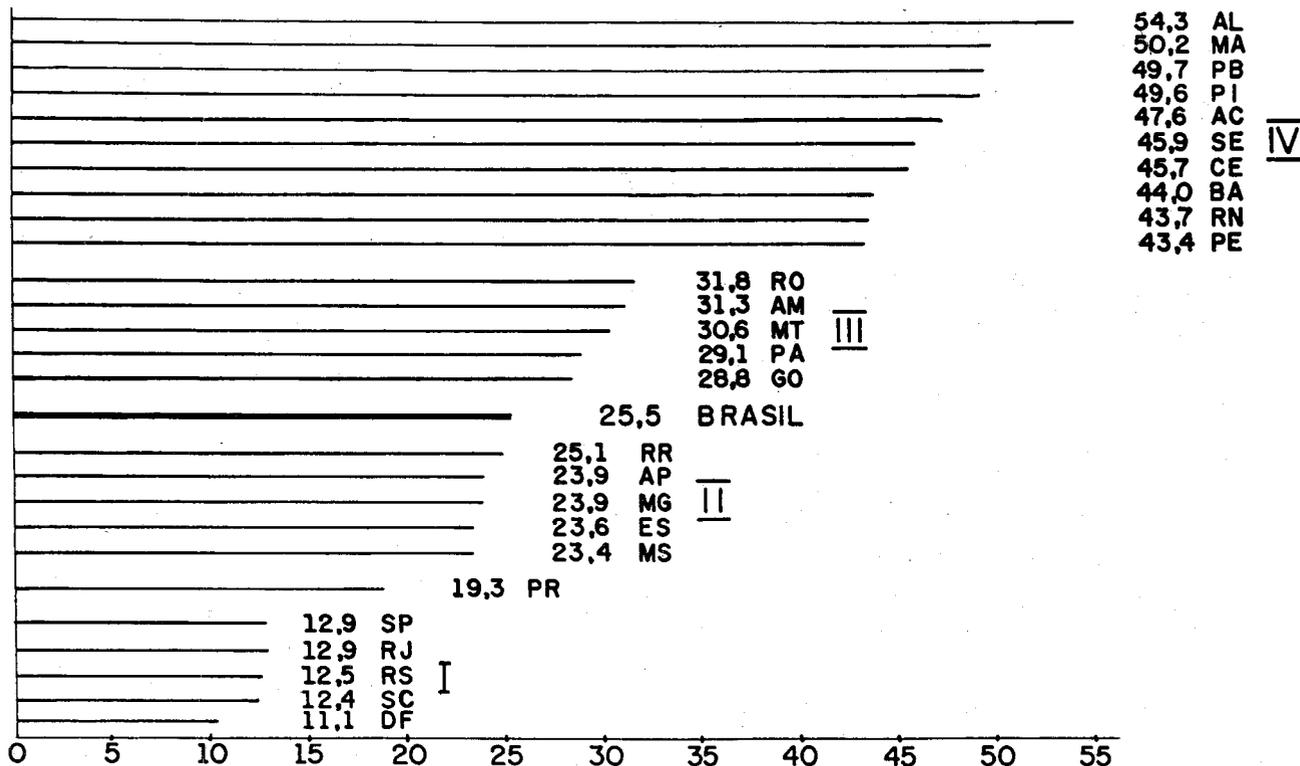


Legenda

- 11,1 a 12,9 % (grupo I)
- ▤ 19,3 % (entre grupos I e II)
- ▥ 23,4 a 25,1% (grupo II)
- ▧ 28,8 a 31,8 % (grupo III)
- ▨ 43,4 a 54,3% (grupo IV)

GRÁFICO 1

Percentuais de analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 10 anos e mais, segundo as Unidades da Federação - 1980



Fonte: Tabela 4

% de analfabetos

Tabela 4

Analfabetismo entre as pessoas de 10 anos ou mais, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Sócio-Econômicas (RSE) das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), 1980.

Pessoas de 10 anos ou mais				
Grandes Regiões e Unidades da Federação	RSE	Total	Analfabetas	% Analfabetas
Norte		3.945.114	1.206.227	30,6
Norte I (1)		1.527.467	508.345	33,3
RO - Rondonia		331.545	105.275	31,8
AC - Acre		199.131	94.772	47,6
AM - Amazonas		942.981	294.791	31,3
RR - Roraima		53.810	13.507	25,1
Norte II (1)		2.417.647	697.882	28,9
PA - Pará		2.304.243	670.761	29,1
AP - Amapá		113.404	27.121	23,9
Nordeste	=V	24.368.669	11.274.192	46,3
MA - Maranhão		2.711.034	1.361.251	50,2
PI - Piauí		1.466.522	727.802	49,6
CE - Ceará		3.764.201	1.721.875	45,7
RN - Rio Grande do Norte		1.367.538	597.309	43,7
PB - Paraíba		1.962.958	975.197	49,7
PE - Pernambuco		4.379.979	1.901.753	43,4
AL - Alagoas		1.364.733	740.799	54,3
SE - Sergipe		790.719	363.224	45,9
BA - Bahia		6.560.985	2.884.982	44,0
Sudeste		39.652.896	6.371.604	16,1
MG - Minas Gerais		9.937.485	2.378.323	23,9
ES - Espírito Santo		1.488.890	351.837	23,6
RJ - Rio de Janeiro (atual)	=I	8.899.062	1.145.356	12,9
SP - São Paulo	=II	19.327.459	2.496.088	12,9
Sul	=III	14.428.246	2.184.504	15,1
PR - Paraná		5.610.876	1.082.108	19,3
SC - Santa Catarina		2.719.447	337.554	12,4
RS - Rio Grande do Sul		6.097.923	764.842	12,5
Centro-Oeste		5.409.427	1.356.621	25,1
MT - Mato Grosso		795.201	242.961	30,6
MS - Mato Grosso do Sul		986.980	230.881	23,4
GO - Goiás		2.762.389	787.202	28,8
DF - Distrito Federal	=VI	864.857	95.577	11,1
MG + ES(4)	=IV	11.426.375	2.730.160	23,9
Norte + C.-Oeste, ex- cluído DF (4)	=VII	8.489.684	2.467.271	29,1
Brasil		87.805.265	22.393.295	25,5

Fonte. IBGE, Censo Demográfico - 1980.

Em primeiro lugar, importa destacar que a amplitude entre os valores mínimo e máximo regionais é extremamente elevada, atingindo 43,2 pontos percentuais (DF - 11,1% e AL - 54,3%). Se optássemos por deixar de lado o Distrito Federal, por ser uma Unidade atípica, e tomássemos como limite inferior estados como os de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, ainda assim teríamos uma diferença de 41 a 42 pontos entre os valores extremos da tabela. Acresce a isto como agravante o fato de os valores extremos não serem valo-

res isolados, dispersos, mas valores próximos de várias outras Unidades da Federação.

Em segundo lugar, ao contrário do que se poderia esperar, a ordenação dos índices de analfabetismo do menor ao maior não forma um contínuo, mas quatro grupos de Unidades nitidamente distintos, com intervalos bem maiores entre grupos do que intra-grupos, situando-se dois deles abaixo e dois acima do índice nacional.

Em terceiro lugar, o intervalo entre o valor máximo

(AL - 54,3%) e o índice nacional (BR - 25,5%) é exatamente duas vezes maior do que o intervalo entre o índice nacional e o valor mínimo (DF - 11,1%).

Os grupos extremos I e IV estão bem mais afastados dos grupos intermediários II e III, do que estes últimos entre si. Em outras palavras, os grupos II e III situam-se bem próximos ao índice nacional - pouco abaixo e pouco acima - ao passo que os grupos extremos apresentam um afastamento bem acentuado em relação não só ao índice nacional, mas também aos grupos intermediários. Há uma descontinuidade nos níveis de analfabetismo entre as Unidades da Federação.

O grupo I é formado por 5 unidades bem homogêneas em termos de analfabetismo, com índices que variam de 11,1% e 12,9% entre a população de 10 anos e mais. Este grupo inclui as Unidades que formam o centro econômico e administrativo do País (SP, RJ e DF) e o extremo Sul (SC e RS). As análises de tendência secular que faremos mais adiante poderão dar pistas sobre as razões de os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina integrarem o Grupo I, mesmo não fazendo parte do centro econômico e administrativo do País. O Estado do Paraná fica isolado entre os grupos I e II.

O grupo II, também muito homogêneo (índices de 23,4 a 25,1%), é constituído basicamente pelo estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, que formam uma espécie de cordão de isolamento entre o grupo I e os grupos III e IV. Os três são estados limítrofes com o eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Fazem parte também deste grupo os territórios de Roraima e Amapá, situados no extremo Norte, com índices inferiores aos da Região que integram. É provável que isto se deva à sua própria condição de territórios, com maior presença administrativa e financeira da União.

O Grupo III compreende mais da metade do território nacional (mais de 4,5 milhões de quilômetros quadrados). É formado pelos quatro maiores estados do País, situados nas Regiões Norte e Centro-Oeste (Pará, Amazonas, Goiás e Mato Grosso), e mais o jovem Estado de Rondônia, também da Região Norte.

Vem por último o grupo IV, com índices ainda extremamente elevados de analfabetismo, variando de 43,4% em Pernambuco a 54,3% em Alagoas, sempre entre a população de 10 anos e mais. Engloba todos os estados do Nordeste, mais o Estado do Acre. O gráfico deixa claro o quanto o Nordeste está afastado não só do grupo I, mas também dos grupos intermediários.

O mapa, também construído com base nos dados da tabela 4, permite uma visão clara da distribuição espacial, ou melhor, da concentração regional, dos diferentes níveis de analfabetismo discriminados no gráfico 1.

Esta análise comparativa mostra o quanto seria insuficiente um estudo do fenômeno do analfabetismo que se limitasse a abordar o problema em nível de país, sem levar em conta as diferenças regionais. O que acabamos de fazer é apenas um passo rumo ao que seria a regionalização dos estudos sobre o analfabetismo.

Concluindo esta parte, poderíamos dizer que, se não for acompanhado de um estudo comparativo a nível regional, o índice nacional de analfabetismo mais escondido do que revela a realidade.

PROBLEMAS METODOLÓGICOS NO ESTUDO DE TENDÊNCIA DO ANALFABETISMO

Nesta parte focalizaremos a tendência do analfabetismo no Brasil com base nos dados obtidos através dos recenseamentos gerais realizados no Brasil desde 1872. Não é possível fazer aqui uma discussão pormenorizada dos problemas metodológicos relacionados com a utilização de dados censitários cobrindo um período tão longo como o que vai de 1872 a 1980. Limitar-nos-emos a mencionar alguns pontos considerados mais importantes para a análise que pretendemos fazer.

1) Excluímos de nossa análise o recenseamento de 1900, porque, em consequência do sub-recenseamento de extensas áreas rurais relativamente menos alfabetizadas do que as áreas urbanas, apresenta índices mais baixos de analfabetismo do que o esperado para a época, inferiores inclusive aos do Censo de 1920.

2) Os censos de 1940 em diante permitem construir índices de analfabetismo para a população de 5 anos e mais, de sete anos e mais, de 10 anos e mais, de 15 anos e mais, etc. O Censo de 1920 discrimina apenas a população de 7 a 14 e de 15 anos e mais na parte referente à alfabetização. Já os censos de 1872 a 1890 não fazem qualquer discriminação de idade ao tratar da alfabetização. O ideal seria trabalhar com índices para populações de 10 anos e mais ou de 15 anos e mais, que incluem somente os grupos etários que poderiam (deveriam) estar alfabetizados. Mas isto é absolutamente inviável para os primeiros censos. Por outro lado, índices para a população total representam uma distorção muito grande da realidade, por incluírem o grupo de zero a 4 anos de idade. A única solução encontrada, que permite ao mesmo tempo trabalhar com todos os censos e obter um índice razoavelmente bom, foi a de considerar a população de 5 anos e mais. Mesmo assim, foi necessário fazer uso de um artifício, uma vez que os censos de 1872 a 1890 não fazem qualquer discriminação de idade na parte referente à alfabetização, e o censo de 1920 não discrimina a partir dos 5 anos, mas a partir dos 7 anos. Tomamos por base que o Censo de 1920 acusa um índice de alfabetização de apenas 0,6% entre as crianças de zero a 6 anos, podendo-se, portanto, supor que tal índice seja zero para a população de zero a 4 anos e que todos os declarados alfabetizados tenham 5 ou mais anos. Com apoio nessas suposições, procedeu-se à estimativa do número de analfabetos e dos índices de analfabetismo e de alfabetização para os anos de 1872, 1890 e 1920 através dos seguintes processos:

a) Percentagem de alfabetizados entre a população de 5 anos e mais =

Total de alfabetizados

(População total) - (População de zero a 4 anos)

b) Número absoluto de analfabetos entre a população de 5 anos e mais =

(Total de analfabetos) - (População de zero a 4 anos)

c) Percentagem de analfabetos entre a população de 5 anos e mais =

$$\frac{(\text{Total de analfabetos}) - (\text{População de zero a 4 anos})}{(\text{População total}) - (\text{População de zero a 4 anos})}$$

Feitas estas observações metodológicas podemos partir para a análise da tendência de longo prazo do analfabetismo no Brasil e em alguns estados selecionados.

TENDÊNCIA SECULAR DO ANALFABETISMO NO BRASIL

Nesta parte trataremos da tendência secular do analfabetismo no Brasil como um todo, valendo-nos para isto dos gráficos 2 e 3, construídos a partir dos dados da tabela 5, na parte referente ao Brasil.

O gráfico 2 mostra o lento declínio secular dos índices de analfabetismo, ao passo que o gráfico 3 revela o avanço ininterrupto do contingente de analfabetos entre as pessoas de 5 anos e mais em todo o período de 1872 a 1980. Temos, por conseguinte, ao mesmo tempo, um declínio percentual e um aumento absoluto do analfabetismo. Pelo gráfico, o declínio teria iniciado na década de 1890, seguindo um ritmo mais ou menos uniforme até 1950. A década de 50 é a que apresenta a maior redução percentual em todo o

período, maior inclusive do que nas décadas de 60 e 70. Eis aqui um problema para investigação, que deveria começar pela verificação da confiabilidade principalmente do Censo de 1960 e pelo estudo das iniciativas educacionais da década de 50 e imediatamente antes, o que ainda não foi possível fazer.

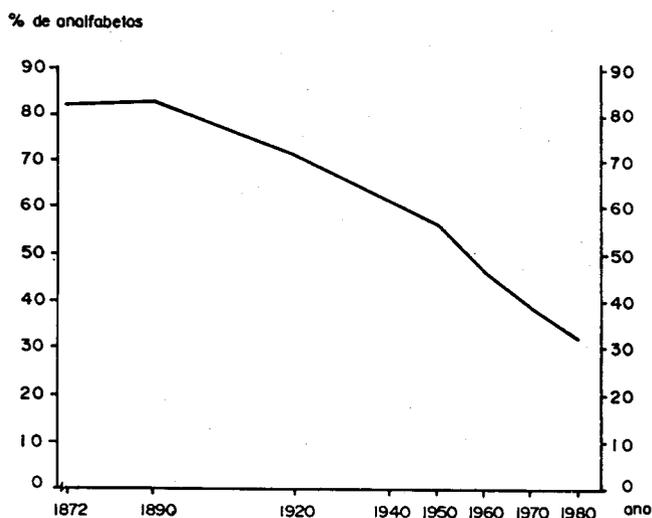
Em termos absolutos, somente nas últimas duas décadas o número de analfabetos entre a população de 5 anos e mais aumentou de 27,6 milhões em 1960 para 30,7 milhões em 1970 e 32,7 milhões em 1980. Isto significa que, mesmo na década do MOBREAL, o Brasil conseguiu somar mais 2 milhões de analfabetos ao total existente em 1970.

Parece que as coisas se passam como se, tanto os índices de analfabetismo em sua queda lenta, como o contingente de analfabetos em seu aumento ininterrupto, seguissem tendências inexoráveis, infensas a qualquer política de intervenção. Pelo menos é o que parece acontecer na maior parte do período analisado.

No início da década de 80, já convencido do insucesso em sua luta contra o analfabetismo, o MOBREAL estabelecia para si uma nova prioridade — o atendimento pré-escolar, como única forma de melhorar a produtividade do ensino de 1º grau e de estancar, assim, ou pelo menos diminuir, a "produção" de centenas de milhares de novos analfabetos a cada ano. Já criticamos em trabalho recente a concepção de uma pré-escola para salvar a escola (Ferrari, 1982).

Gráfico 2

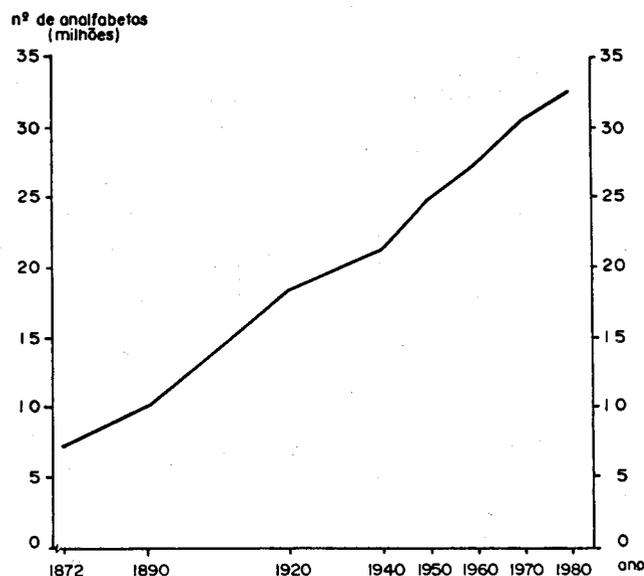
Declínio secular dos índices de analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 5 anos e mais, no período de 1872 a 1980.



Fonte: Tabela 5

Gráfico 3

Avanço secular do contingente de analfabetos no Brasil entre as pessoas de 5 anos e mais, no período de 1872 a 1980.



Fonte: Tabela 5

Tabela 5

Tendência do analfabetismo no Brasil e em algumas Unidades da Federação entre as pessoas de 5 anos e mais, no período de 1872 a 1980. (1)

Especificação	Anos censitários							
	1872 ⁽²⁾ (3)	1890 ⁽³⁾	1920 ⁽³⁾	1940	1950	1960	1970	1980
Brasil								
Pessoas de 5 anos e mais	8.854.774	12.212.125	26.042.442	34.796.665	43.573.517	58.997.981	79.327.231	102.579.006
Pessoas analfabetas	7.290.293	10.091.566	18.549.085	21.295.490	24.907.696	27.578.971	30.718.597	32.731.347
% de pessoas analfabetas	82,3	82,6	71,2	61,1	57,1	46,7	38,7	31,9
Pará								
Pessoas de 5 anos e mais	226.064	280.455	848.654	800.647	940.059	1.271.124	1.789.520	2.811.095
Pessoas analfabetas	165.580	207.646	560.953	466.501	541.134	608.045	737.984	1.080.028
% de pessoas analfabetas	73,2	74,0	66,1	58,2	57,5	47,8	41,2	38,4
Piauí								
Pessoas de 5 anos e mais	176.419	224.180	518.368	674.588	860.074	1.029.828	1.382.462	1.781.448
Pessoas analfabetas	148.643	197.653	445.426	544.982	673.666	745.197	934.465	1.007.521
% de pessoas analfabetas	84,3	88,2	85,9	80,7	78,3	72,3	67,5	56,6
Pernambuco								
Pessoas de 5 anos e mais	752.425	869.442	1.844.382	2.273.375	2.838.308	3.428.181	4.328.049	5.228.894
Pessoas analfabetas	604.945	723.157	1.459.849	1.690.422	2.053.675	2.149.367	2.428.864	2.617.861
% de pessoas analfabetas	80,4	83,2	79,2	74,3	72,3	62,6	56,1	50,0
Minas Gerais								
Pessoas de 5 anos e mais	1.929.536	2.721.366	4.935.942	5.656.726	6.438.907	8.083.235	9.792.192	11.588.292
Pessoas analfabetas	1.705.823	2.389.962	3.719.301	3.758.878	3.969.443	4.008.627	3.951.975	3.504.168
% de pessoas analfabetas	88,4	87,8	75,4	66,4	61,6	49,5	40,3	30,2
Rio de Janeiro								
Pessoas de 5 anos e mais	937.843	1.217.856	2.352.328	3.141.427	4.043.555	5.730.652	7.942.849	10.044.531
Pessoas analfabetas	723.651	814.067	1.256.680	1.221.279	1.381.004	1.566.257	1.728.370	1.803.683
% de pessoas analfabetas	77,2	66,8	53,4	38,8	34,1	27,3	21,7	17,9
São Paulo								
Pessoas de 5 anos e mais	749.788	1.179.599	3.883.732	6.138.283	7.796.857	10.987.015	15.597.588	21.933.812
Pessoas analfabetas	608.617	983.934	2.514.153	2.857.761	3.153.398	3.307.318	3.344.749	3.932.609
% de pessoas analfabetas	81,2	83,4	64,7	46,5	40,4	30,1	21,4	17,8
Paraná								
Pessoas de 5 anos e mais	110.048	208.324	579.589	1.034.747	1.751.726	3.533.198	5.782.352	6.603.563
Pessoas analfabetas	78.224	161.512	386.390	589.275	942.580	1.541.375	2.101.003	1.698.985
% de pessoas analfabetas	71,1	77,5	66,7	56,9	-	43,6	36,3	25,7
Rio Grande do Sul								
Pessoas de 5 anos e mais	411.729	749.966	1.837.057	2.801.125	3.488.824	4.575.755	5.809.440	6.903.381
Pessoas analfabetas	316.326	522.972	989.115	1.271.076	1.438.037	1.368.103	1.352.168	1.186.951
% de pessoas analfabetas	76,8	69,7	53,8	45,3	41,2	29,8	23,2	17,2
Goiás								
Pessoas de 5 anos e mais	140.133	197.091	434.675	688.611	1.009.012	1.589.734	2.455.559	3.288.860
Pessoas analfabetas	117.470	172.187	356.145	530.769	722.409	878.564	1.112.023	1.187.170
% de pessoas analfabetas	83,8	87,4	81,9	77,0	71,5	55,2	45,2	36,0

Fontes: Relativamente aos anos de 1872, 1890 e 1920, veja MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil, 1920*, vol. IV, 4ª parte — População, o qual reproduz os dados dos recenseamentos anteriores sobre alfabetização. Para os demais anos, veja IBGE, *Censo Demográfico*, respectivamente de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

Notas: 1) Deixou-se de considerar o Recenseamento Geral de 1900 pela seguinte razão: o sub-recenseamento de extensas áreas rurais, sabidamente menos alfabetizados do que as áreas urbanas, resultou em superestimação dos índices de alfabetização e conseqüentemente em subestimação dos índices de analfabetismo para diversas Unidades da Federação e para o conjunto do País.

2) Excluídas da população total 181.583 pessoas de paróquias não recenseadas, cuja população foi estimada.

3) Os números absolutos e relativos da tabela sobre analfabetismo entre as pessoas de 5 anos e mais para os anos de 1872, 1890 e 1920 são estimativas, porquanto os documentos censitários relativos a esses anos não contemplam a categoria "população de 5 anos e mais" na parte referente à alfabetização. São dadas no texto mais informações sobre este particular, inclusive sobre o processo de estimação.

TENDÊNCIAS REGIONAIS DO ANALFABETISMO

Como para o Brasil no seu conjunto, assim também para a maioria das Unidades da Federação selecionadas para este estudo comparativo de tendências, o número absoluto de analfabetos aumentou, sem interrupção, em todo o período de 1872 até 1980, inclusive, portanto, na última década. Isto se verificou nos Estados do Pará, Piauí, Pernambuco, Goiás e até nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Apenas os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, dentre as nove unidades consideradas, acusaram uma diminuição do número absoluto de analfabetos na última década, sendo que nos dois últimos essa diminuição já havia iniciado na década de 60.

Há algo que surpreende nesta comparação. De um lado, Minas Gerais, com índices relativamente elevados de analfabetismo, vem acusando desde a década de 60 redução no número absoluto de analfabetos. De outro lado, Rio de Janeiro e São Paulo, que integram o grupo de Unidades da Federação com índices mais baixos de analfabetismo, continuam assistindo a um aumento considerável do número absoluto de analfabetos (aumento de quase setecentos mil na última década, dos quais quase seiscentos mil em São Paulo). No estudo desta questão haveria que levar em conta o processo migratório.

A tabela 5 permite também comparar as diferentes tendências dos índices de analfabetismo acusados pelas Unidades da Federação escolhidas. O gráfico 4, nas suas partes a) a d), focaliza uma série de tendências contrastantes no que se refere à evolução dos índices de analfabetismo.

O primeiro contraste é o que se verifica entre os Estados de São Paulo e Pernambuco. Ambos iniciam a sua trajetória bem junto ao índice nacional, com níveis levemente superiores a 80%. Somente a partir de 1890 é que os dois Estados se distanciam progressivamente dos índices nacionais — Pernambuco para cima e São Paulo para baixo — até por volta de 1940, mantendo-se praticamente estáveis as distâncias daí por diante. Trata-se de dois estados que partem de uma situação muito semelhante, e que a partir de fins do século passado vão distanciando-se cada vez mais, mantendo a desigualdade a partir de 1950 até 1980. Isto tem certamente que ver com o fato de São Paulo emergir como centro econômico do País, primeiramente em decorrência da própria expansão da economia cafeeira e posteriormente em função de seu desenvolvimento industrial. Pernambuco, mesmo sendo hoje o Estado mais alfabetizado do Nordeste (gráfico 1), sofreu as conseqüências da decadência da economia regional e da marginalização de toda a Região.

O segundo contraste é o que pode ser exemplificado comparando o Estado do Piauí com Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Os dois últimos começam com índices um pouco inferiores a Pernambuco e São Paulo e relativamente distanciados do índice nacional, apresentando do início ao fim do período uma tendência regular de queda, mantendo-se, a partir de 1890, a uma distância acentuada e mais ou menos constante em relação aos índices do Brasil como um todo. Piauí, ao contrário, inicia acima do índice nacional, afasta-se progressivamente para cima, em conseqüência de um declínio

mais tardio e mais lento dos índices de analfabetismo. Temos aí caracterizadas as situações extremas.

O terceiro contraste é formado por Minas Gerais, que em 1872 acusava o índice mais alto de analfabetismo do País, e Pará, que, na mesma data, apresentava o terceiro índice mais baixo de analfabetismo. Os dois estados partem, portanto, de situações extremas, vão lentamente aproximando-se, até trocarem de posição em relação ao índice nacional. Decisivas nessa troca de posições foram a década de 40 para o Pará e a década de 50 para Minas Gerais. A década de 40 representou para o Pará, bem como para toda a Região Norte, o estancamento da queda já lenta dos índices de analfabetismo, em decorrência da estagnação da economia regional, resultante da "crise da borracha". Este aspecto foi amplamente discutido por Malena T. Torino (1982), em obra que aborda a questão das desigualdades regionais, comparando a evolução da Amazônia com São Paulo. Contrastando com o Pará, Minas Gerais acusa na década de 50 uma aceleração na queda do analfabetismo, o que certamente tem que ver com sua crescente participação no processo de industrialização.

O gráfico 4.d reúne, numa única representação, os três contrastes que acabamos de analisar. Essa visão de conjunto permite discernir um quarto contraste regional em termos de tendência. Com efeito, a julgar pelos dados censitários, a queda dos índices de analfabetismo no Estado de São Paulo teve início pelo menos duas décadas mais tarde do que no Rio Grande do Sul, mas, uma vez iniciada, essa queda processou-se a um ritmo bem mais acelerado em São Paulo, atingindo este Estado o mesmo nível do Rio Grande do Sul no ano de 1940 (cerca de 46%), correndo praticamente juntos os dois Estados a partir de 1940 até 1980.

Esse quarto contraste nos coloca duas questões fundamentais, para as quais não podemos apresentar, por ora, mais do que pistas de investigação. A primeira questão refere-se ao fator ou fatores que teriam antecipado em pelo menos duas décadas a queda do analfabetismo no Rio Grande do Sul em relação a São Paulo. Quanto a isto, cremos que se deveria começar pelo estudo da influência da imigração europeia não lusa no Rio Grande do Sul, particularmente da imigração alemã a partir de 1824. A segunda questão refere-se ao declínio mais rápido, embora mais tardio, dos índices de analfabetismo em São Paulo, o que teria muito a ver com a emergência desse Estado como centro econômico do País, conforme referido no exame do primeiro contraste regional.

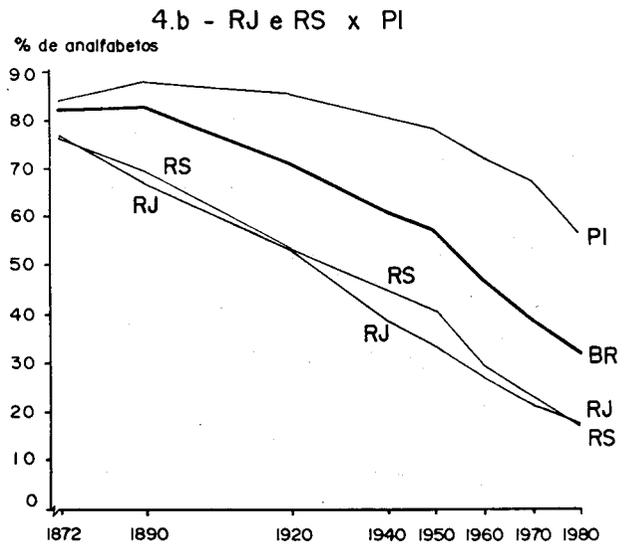
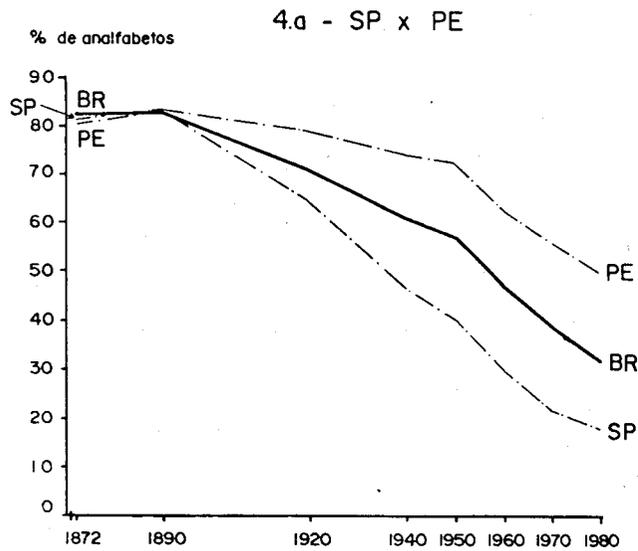
As análises realizadas revelaram que as desigualdades regionais são acentuadas em termos não só de posição em determinados momentos, mas também de tendência secular ou de longo prazo. Destacamos anteriormente a insuficiência da abordagem do problema em nível nacional e a necessidade de se descer a análises de âmbito regional. As últimas análises que fizemos reforçam outro aspecto — o da importância da perspectiva histórica em tais estudos.

ANALFABETISMO E ENSINO DE 1º GRAU

Trataremos nesta parte da relação entre analfabetismo e ensino de 1º grau, mesmo que só possamos aflorar a questão. Por que é que o declínio dos índices de analfabetismo é tão lento? Por que é que o contingente de

Gráfico 4

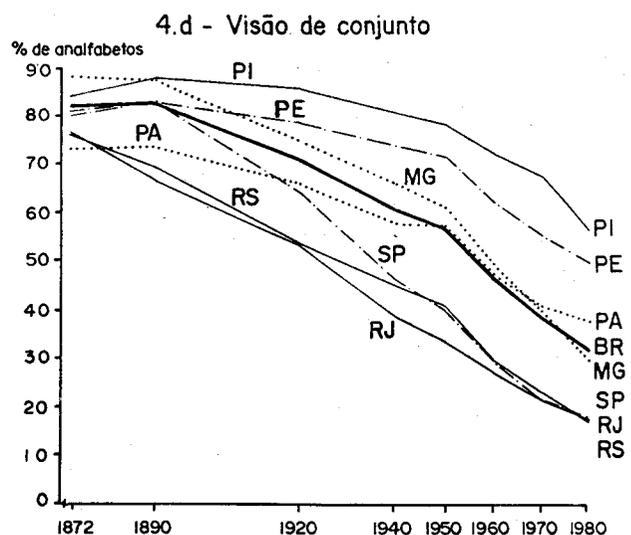
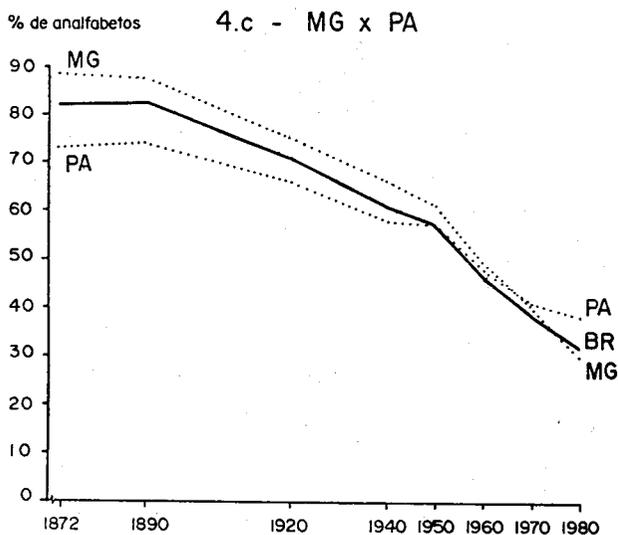
Declínio secular dos índices de analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 5 anos e mais, no período de 1872 a 1980 : contrastes regionais.



Fonte: Tabela 5

Gráfico 4

Declínio secular dos índices de analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 5 anos e mais, no período de 1872 a 1980 : contrastes regionais. (Continuação)



Fonte: Tabela 5

analfabetos continua aumentando para o Brasil no seu conjunto e para a maioria das Unidades da Federação em particular? A resposta à primeira questão depende em grande parte da resposta dada à segunda: os índices caem tão lentamente porque ainda não conseguimos sequer estancar o crescimento absoluto do número de analfabetos. Podemos então concentrar nossa atenção na segunda parte da questão. A resposta é aparentemente simples: o número de analfabetos continua aumentan-

do, porque a sociedade não está sendo capaz de alfabetizar todos os membros de cada nova geração. Mas tal afirmação limita-se praticamente ao óbvio. Com então ultrapassar a barreira da aparência? Buscando entender o processo de "produção" do analfabetismo. É o que tentaremos fazer com apoio nas tabelas 6 e 7. Por razões de tempo e espaço limitar-nos-emos, nesta parte, ao ano de 1980 (Censo de 1980) e ao Brasil como um todo.

Tabela 6

Números absolutos (N) e percentuais (%) de crianças de 7 a 14 anos que não freqüentavam escola à época do censo, segundo a situação de domicílio e idade. Brasil, 1980.

Situação de domicílio e idade	Não freqüentavam escola à época do Censo de 1980	
	Nº	% *
Total	12.215.561	42,1
5 anos	2.528.254	81,9
6 anos	2.133.566	71,9
7 anos	1.417.380	47,4
8 anos	1.001.593	34,5
9 anos	801.294	28,4
10 anos	813.571	27,3
11 anos	726.720	25,9
12 anos	827.568	28,7
13 anos	883.039	32,0
14 anos	1.082.576	38,2
5 a 6 anos	4.661.820	77,0
7 a 14 anos	7.553.741	33,0
Urbana	5.337.683	29,3
5 anos	1.443.811	76,7
6 anos	1.136.616	62,5
7 anos	615.110	33,3
8 anos	346.529	19,2
9 anos	254.287	14,3
10 anos	249.643	13,5
11 anos	228.796	12,9
12 anos	274.731	15,1
13 anos	327.170	18,4
14 anos	460.990	24,8
5 a 6 anos	2.580.427	69,7
7 a 14 anos	2.757.256	19,0
Rural	6.877.878	63,5
5 anos	1.084.443	90,1
6 anos	996.950	86,7
7 anos	802.270	70,3
8 anos	655.064	59,5
9 anos	547.007	52,6
10 anos	563.928	49,8
11 anos	497.924	48,2
12 anos	552.837	51,9
13 anos	555.869	56,8
14 anos	621.586	63,6
5 a 6 anos	2.081.393	88,4
7 a 14 anos	4.796.485	56,6

Fonte IBGE. Censo demográfico - 1980.

* Percentuais de não-freqüência em relação à população total para cada ano ou grupo de anos.

Tabela 7

Pessoas de 5 a 14 anos, por idade, segundo a frequência à escola e série freqüentada. Brasil, 1980.*

Frequência à escola e série freqüentada	IDADE									
	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos
Total	3.086.516	2.968.742	2.990.544	2.904.049	2.823.890	2.976.401	2.811.079	2.879.786	2.760.579	2.835.477
Não freqüentam	2.528.254	2.133.566	1.417.380	1.001.593	801.294	813.571	726.720	827.568	883.039	1.082.576
Freqüentam	558.262	835.176	1.573.164	1.902.456	2.022.596	2.162.830	2.084.359	2.052.218	1.877.540	1.752.901
Pré-escolar	558.262	334.994	—	—	—	—	—	—	—	—
1. ^o grau	—	500.182	1.573.164	1.902.456	2.022.596	2.162.830	2.084.359	2.052.218	1.868.698	1.676.588
1. ^a série	—	500.182	1.357.748	991.598	604.265	420.908	258.526	181.729	116.384	69.309
2. ^a série	—	—	214.440	762.716	690.823	555.023	390.507	293.341	186.817	121.183
3. ^a série	—	—	—	147.190	614.248	589.117	477.471	384.623	271.219	183.775
4. ^a série	—	—	—	—	112.329	487.464	463.883	401.102	305.964	238.706
5. ^a série	—	—	—	—	—	109.025	407.458	397.751	337.076	271.874
6. ^a série	—	—	—	—	—	—	85.846	320.882	309.368	270.012
7. ^a série	—	—	—	—	—	—	—	72.026	276.734	275.801
8. ^a série	—	—	—	—	—	—	—	—	64.368	245.065
Sem declaração de série	—	—	976	952	931	893	668	764	768	863
Alfabetização de adultos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8.562
Supletivo 1. ^o grau não seriado	—	—	—	—	—	—	—	—	8.842	2.016
2. ^o grau	—	—	—	—	—	—	—	—	—	65.735
1. ^a série	—	—	—	—	—	—	—	—	—	65.546
...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sem declaração de série	—	—	—	—	—	—	—	—	—	189

Fonte: IBGE, Censo demográfico — 1980.

* Crianças certamente defasadas em relação à idade — todos os grupos compreendidos na área delimitada pela linha contínua; crianças levemente defasadas em relação à idade — todos os grupos situados entre as linhas contínua e pontilhada; crianças certamente não defasadas e até adiantadas em relação à idade — todos os grupos incluídos na área delimitada pela linha pontilhada.

A "produção" de novos analfabetos pode dar-se tanto pela exclusão pura e simples do processo, quanto pela ineficiência ou baixa produtividade no processo de alfabetização. As duas formas de dar origem a novos analfabetos estão intimamente relacionadas, como veremos mais adiante.

Começamos pelo aspecto da exclusão, com base nos dados da tabela 6. Consideraremos toda a população na faixa de escolarização obrigatória (7 a 14 anos), mais as crianças de 5 a 6 anos, mantendo, porém, a distinção. Discriminamos também a população, em urbana e rural. O que vemos? Nada menos do que 12,2 milhões de crianças, das quais 5,3 milhões no meio urbano e 6,9 milhões no meio rural, excluídas da escola à época da realização do Censo de 1980. Se nos quisermos limitar à faixa de escolarização obrigatória (7 a 14 anos), o número de excluídos da escola é de 7,6 milhões, sendo 2,8 no meio urbano e 4,8 milhões no meio rural. Números de tal magnitude dispensam comentários.

Em termos relativos, temos os seguintes índices de crianças de 5 a 14 anos excluídas do sistema de ensino: 29,3% no meio urbano, 63,5% no meio rural e 42,1% no conjunto. Os índices de exclusão na faixa de escolarização obrigatória são alarmantes. Com efeito, não frequentavam escola à época do Censo de 1980 nada menos do que 1/3 das crianças brasileiras (33%), sendo de quase 1/5 (19%) a proporção no meio urbano e superior a 1/2 (56,6%) no meio rural.

É sempre nos grupos de 11 anos de idade que se verificam os níveis mais baixos de exclusão. Mesmo aí a proporção é da ordem de 1/8 (12,9%) no meio urbano, de quase 1/2 (48,2%) no meio rural, ultrapassando 1/4 (25,9%) no conjunto. E, para completar o quadro, não poderíamos deixar de referir a exclusão de quase 4/5 (77%) das crianças de 5 a 6 anos.

O segundo aspecto da questão diz respeito ao que acontece no processo de alfabetização e que se costuma denominar de ineficiência ou baixa produtividade. Na realidade, esta é também uma forma de exclusão, com a diferença que, aqui, os excluídos ainda estão na escola, ainda estão no processo de alfabetização, ainda não entenderam com suficiente clareza que estão no "lugar errado". Por ora são apenas excluídos no sistema. Brevemente, através do que os teóricos da aparência chamam de evasão escolar, somar-se-ão também eles ao grupo dos excluídos do sistema de ensino.

Essa forma de exclusão, denominada geralmente de ineficiência ou baixa produtividade no processo de alfabetização, pode ser aferida através do que se poderia chamar de defasagem nos estudos ou assincronia em relação à idade. Limitar-nos-emos à faixa de 7 a 14 anos (escolarização obrigatória). Distribuímos as pessoas de 7 a 14 anos que frequentavam escola à época do Censo de 1980 nas seguintes três categorias: crianças certamente defasadas em relação à idade, compreendendo todas aquelas que, aos 9 anos, aos 10 anos, . . . aos 14 anos, não tivessem ainda ultrapassado respectivamente a 1ª, a 2ª, . . . a 6ª série do 1º grau. Na tabela 7 esta categoria inclui todas as parcelas que se encontram dentro do espaço fechado pela linha contínua; crianças certamente não defasadas em relação à idade, incluindo todas as crianças que aos 7 anos estivessem na 1ª série, que aos 8 anos estivessem na 2ª, . . . que aos 14 anos estivessem na 8ª série e aquelas que estivessem adiantadas em rela-

ção a essa sequência idade/série. Esta categoria engloba todas as parcelas contidas dentro dos limites da linha pontilhada da tabela 7; crianças levemente defasadas, incluindo aquelas que, aos 8, 9, . . . 14 anos ainda estivessem respectivamente na 1ª, 2ª, . . . 7ª série. Se aplicássemos rigidamente o critério da relação idade/série (7 a 14 anos / 1ª a 8ª série), estas crianças já figurariam entre as defasadas em relação à idade. Numa classificação menos rigorosa podemos qualificá-las de levemente defasadas. Compõem esta categoria todas as parcelas que, na tabela 7, estão contidas entre as linhas contínua e pontilhada.

Para que possamos ter uma visão de conjunto da situação das 22.981.805 pessoas de 7 a 14 anos recenseadas no Brasil em 1980, levaremos em conta também a categoria acima analisada, a saber, das pessoas excluídas do sistema escolar, bem como a categoria daquelas que não haviam declarado a série e se encontravam cursando supletivo não seriado ou alfabetização de adultos. Esta última é uma categoria residual.

Utilizando as categorias que acabamos de definir, podemos assim esquematizar a situação dos quase 23 milhões de crianças de 7 a 14 anos em 1980:

— Não frequentavam escola	7.553.741 (33,0%)
— Certamente defasadas em relação à idade	6.340.014 (27,6%)
— Levemente defasadas em relação à idade	3.718.341 (16,2%)
— Certamente não defasadas em relação à idade ou até antecipadas	5.343.274 (23,3%)
— Outras situações (série não declarada, supletivo não seriado, alfabetização de adultos)	26.435 (0,9%)

O número de crianças certamente na série correspondente à idade ou antecipadas em relação a esta, não atinge 1/4 (23,3%) do total de pessoas na faixa de escolarização obrigatória. Se ao índice de exclusão do processo (33%) somarmos o índice de pessoas certamente defasadas no processo de ensino de 1º grau (27,6%), chegaremos a um índice global mínimo de exclusão da ordem de 60,6%. Mínimo, porque, se adicionássemos o grupo de crianças que definimos como levemente defasado em relação à idade (16,2%), o índice global se elevaria para 76,8%, englobando mais de 3/4 da população na faixa de escolarização obrigatória.

CONCLUSÃO

Podemos agora pensar em concluir. E o faremos reafirmando que o analfabetismo não é uma simples herança que recebemos das gerações passadas. Ao contrário, ele continua sendo produzido também nos dias atuais. E o responsável por sua produção continuada é o mesmo Estado que estabelece a escolarização obrigatória dos 7 aos 14 anos. E essa produção de novos analfabetos se faz através da exclusão praticada pelo aparelho escolar. São vítimas dessa exclusão: 1) todos aqueles que são excluídos *in limine*, os que nem sequer chegam a ser admitidos no processo de alfabetização na idade de escolarização obrigatória; 2) aqueles que, tendo sido admitidos, são

posteriormente excluídos do processo; 3) aqueles que, ainda dentro do sistema de ensino, estão sendo objeto de exclusão no próprio processo de ensino através da reprovação e repetência e estão sendo assim preparados para a posterior exclusão do processo. A exclusão praticada no processo de alfabetização, através da reprovação e repetência, alimenta, no momento seguinte, através do que eufemisticamente se denomina de evasão escolar, o contingente dos já excluídos do processo.

Concentramos nosso esforço na análise da situação atual e da tendência do analfabetismo no Brasil. Limitamo-nos quase que exclusivamente ao plano descritivo. Mas, ao final, tentamos lançar também alguma luz sobre o processo de produção do analfabetismo e sobre as relações entre analfabetismo e ensino de 1º grau.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Recenseamento Geral do Brasil - 1920*. 4ª parte do vol. IV.
- FERRARI, Alceu R. Pré-escola para salvar a escola? *Educação e Sociedade*, São Paulo, 4 (12): 29-37, set. 1982.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Censo demográfico - 1940*.
- _____ . *Censo demográfico - 1950*.
- _____ . *Censo demográfico - 1960*.
- _____ . *Censo demográfico - 1970*.
- _____ . *Censo demográfico - 1980*.
- _____ . *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1977*.
- _____ . *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1982*.
- TORINO, Malena T. *Educação e estrutura de produção. Estudo das desigualdades educacionais regionais*. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982.

